

## Tales Faria

## Michelle é o único nome cotado no PL para o lugar de Flávio

A divulgação do pedido de dinheiro do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao dono do banco Master, Daniel Vorcaro, já produz uma rachadura no PL. Começam a surgir vozes no partido em defesa da substituição do senador como candidato a presidente da República.

O áudio foi divulgado pelo site Intercept Brasil, que afirma constar do aparelho celular de Vorcaro apreendido pela Polícia Federal. Revela pressões de Flávio para receber pagamentos para a produção de um filme com a biografia de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O senador confirmou o pedido, mas nega irregularidades. Diz que se trata de um filme feito com recursos privados, que já estaria até pronto. Segundo o Intercept Brasil, o banqueiro chegou a pagar R\$ 61 milhões para a produção.

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro é o nome mais citado nas conversas reservadas dentro do PL para substituir Flávio. Mas o senador está absolutamente resistente à ideia, assim como seus irmãos Eduardo e Carlos e, principalmente, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Flávio chegou a gravar um vídeo em que dá sua versão para a gravação. Segundo ele, “nada mais é do que um filho procurando investidores privados para fazer um filme privado sobre a história do seu próprio pai”.

A cúpula de sua campanha e do partido passou nesta quarta-feira, 13, em “estado permanente de reunião” discutindo tentativas de so-

lução para o problema. Segundo um integrante do partido, ninguém se habilitou a colocar “o guizo no pescoço do gato”, tal o nervosismo com que Flávio e o clã reagia a qualquer insinuação. Mas todos sabiam que o que está em jogo é a permanência da candidatura.

Entre aliados mais próximos e integrantes do partido que não são da família, o único nome cotado para o lugar de Flávio é o da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. Na verdade, ela sempre foi a candidata predileta do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto.

Michelle atualmente é pré-candidata ao Senado por Brasília. Presidente do PL-Mulher, ela é também a preferida da ala feminina da sigla.

Não há outro nome no partido considerado em condições de ser ungido candidato e de fato enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Se o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tivesse se desincompatibilizado do cargo, seria uma opção, dizem os bolsonaristas, embora desfalcasse a disputa no maior colégio eleitoral do país, que é São Paulo.

O temor dentro do partido é de que, se a candidatura de Flávio Bolsonaro se tornar inviável, seu pai tente forçar o nome de Carls Bolsonaro. A avaliação entre os bolsonaristas é de que Carlos não teria a menor chance, mas é sabido que o ex-presidente não gosta da ideia de que sua mulher, Michelle, se torne a sua grande herdeira política.

## Fernando Molica

## Todos pagaremos pelas blusinhas

A taxa das blusinhas não acabará, apenas passará a ser paga por todos brasileiros e, não apenas pelos consumidores que fazem essas pequenas compras no exterior. No ano passado, o imposto sobre essas importações arrecadou cerca de R\$ 5 bilhões, dinheiro que já havia encontrado destino nos cofres estatais, deficitários e sempre dependentes de mais recursos.

Com o fim da cobrança, o buraco aumentará, e será devidamente coberto por todos nós, muito provavelmente com mais endividamento por parte do Estado, que, como sempre, aumentará a própria dívida com a venda de títulos no mercado.

As blusinhas made in China são as mais novas beneficiárias do interminável clube de recebedores de subsídios concedidos pelos governos. E, coitadas, são bem menos culpadas que outros setores da vida nacional, adictos crônicos de políticas de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada.

É inevitável, eventualmente necessário, que haja concessão de benefícios fiscais para esta ou aquela atividade, mas esse processo deveria ficar mais claro para quem paga a conta, os brasileiros. Nos acostumamos com a ideia de que, nesses casos, o governo faz um carinho — mas nós é bancamos a festas.

Isso vale para o Simples, para a Zona Franca de Manaus, para a tal da desoneração da folha de pagamentos, para as benesses concedidas ao agro, para o não cobrança de contribuição previdenciária por entidades beneficiárias e, de novo, para as blusinhas.

E olha que, para 2026, a previsão de isenções fiscais já chegava R\$ 612 bilhões, soma do valor que o governo, em nome da sociedade, deixará de arrecadar em impostos. A lógica é a mesma de uma

estrada: quando não há cobrança de pedágio, o valor gasto com a conservação da via é pago por todo mundo, inclusive por quem nunca passa nela.

A indústria e o comércio têm bons argumentos contra a importação liberada de produtos que custam até US\$ 50, cerca de R\$ 250,00. Alegam que se trata de uma concorrência desleal, já que, a produção brasileira é taxada em todas as suas etapas até chegar às mãos do consumidor final.

No limite, a isenção é uma forma de garantir na China empregos que fazem falta por aqui, algo ainda mais dramático diante da tendência cada vez maior de compras pela internet; não à toa, shoppings têm investido mais em gastronomia e atividades de lazer. Compradores, porém, veem a situação por outro ângulo. Graças à produção asiática, conseguem comprar o que por aqui se tornou proibitivo.

Como é comum numa democracia, os dois lados têm suas razões, daí a necessidade de mediação, papel que, neste e em muitos outros casos, cabe ao governante, que tem que pesar as consequências de cada decisão, os benefícios para um determinado setor, os prejuízos para outros — e o custo de cada medida para a sociedade.

O pior de tudo é que, no caso específico, a decisão foi tomada apenas por um critério eleitoral, o governo detectou que a cobrança da taxa deixara muita gente chateada e com vontade de se vingar nas urnas. Mas o pessoal do Planalto podia ter pensado nisso antes, né? Não era tão difícil assim. A situação faz lembrar Vinicius de Moraes que, na letra de “Cotidiano n° 2”, composta com Toquinho, pergunta: “Se foi pra desfazer, por que é que fez?”

## EDITORIAL

## Explosão no Jaguaré: lições sobre prevenção e segurança urbana

A explosão ocorrida na segunda-feira (11) na região do Jaguaré, zona oeste de São Paulo, deixou marcas profundas na comunidade local. Três pessoas precisaram de atendimento hospitalar, sendo uma delas em estado grave, e dezenas de famílias tiveram suas residências comprometidas. Embora tragédias como esta sejam inesperadas, elas trazem consigo um alerta importante: a necessidade de medidas preventivas e protocolos rigorosos para proteger vidas e minimizar danos.

Imediatamente após o acidente, órgãos públicos e concessionárias atuaram de forma coordenada para garantir segurança e assistência. A Defesa Civil do Estado e do município, junto com a Subprefeitura da Lapa e o IPT, vistoriaram 105 residências em apenas 14 horas. Destas, 85 foram liberadas, 15 permanecem interditadas cautelarmente e cinco interditadas definitivamente, assegurando que riscos adicionais fossem evitados.

Além das avaliações estruturais, o governo estadual iniciou o cadastramento das famílias afetadas para oferecer soluções habitacionais rápidas, incluindo imóveis prontos da CDHU, locação social e carta de crédito, todas custeadas pelas concessionárias Sabesp e Comgás. O processo inclui ressarcimento de danos e apoio para mobília, garantindo que cada família tenha alternativas de moradia adequadas às

suas necessidades.

O episódio reforça a importância de um planejamento urbano que considere riscos industriais e residenciais. Investimentos em fiscalização, protocolos de emergência e comunicação clara entre empresas, órgãos públicos e comunidade são fundamentais para reduzir vulnerabilidades. A atuação rápida das autoridades e o acompanhamento próximo das concessionárias demonstram que, mesmo diante de tragédias, é possível unir eficiência operacional e cuidado humanizado.

Além de atender às famílias afetadas, a experiência do Jaguaré oferece lições para toda a cidade: prevenção não é apenas responsabilidade do poder público, mas de todos os setores envolvidos na vida urbana. Reconstruir casas é urgente, mas construir uma cultura de segurança é permanente. Protocolos claros, inspeções regulares e treinamento contínuo de equipes de emergência podem fazer a diferença entre vidas salvas e perdas irreparáveis.

A explosão no Jaguaré deixa, assim, um legado de aprendizado: reforçar a segurança urbana não é apenas uma medida técnica, é um compromisso com a vida e com a proteção das famílias que habitam a cidade. Cada ação preventiva e cada planejamento eficiente contribuem para que episódios como este possam ser enfrentados com mais preparo e menos risco.

## Opinião do leitor

## Corrida eleitoral

O PT teve três governos de Lula e dois de Dilma para reduzir a miséria e a fome no Brasil, e não conseguiu. Dê oportunidade agora para que os outros partidos o façam. Democracia é antes de tudo, alternância no Poder.

Luiz Felipe Schittini  
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

## Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)  
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.